

Educação e desigualdade de renda

ESTADO DE SÃO PAULO

06 OUT 1996

Um dos principais problemas da sociedade brasileira, a enorme desigualdade de renda, tem como causa a disparidade de níveis de educação que se verifica no País. Os brasileiros se perdem numa realidade paradoxal. Vivem num país cujo mercado de trabalho é extremamente exigente em relação ao nível educacional dos candidatos ao emprego, mas não encontram meios de se formar para que consigam cumprir as exigências. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) acaba de divulgar estudo que mostra a relação direta entre ensino e distribuição de renda. O Brasil não fica em posição lisonjeira. Enquanto na maioria dos países a parcela mais rica da população tem renda dez vezes superior à mais pobre, no Brasil essa distância é de 24 vezes.

A realidade brasileira é desalentadora. Quinze por cento dos trabalhadores do País são analfabetos. Mesmo que consigam emprego, receberão salários muito diferenciados daqueles pagos a quem se sentou nos bancos escolares. A falta de formação tem influência direta sobre a remuneração, como demonstra o estudo do Ipea. O mercado de trabalho deste país que não consegue recursos para superar o déficit educacional premia cada ano de escolaridade com 15% a mais no salário. Os que conseguiram chegar ao nível superior têm 20% como recompensa por ano passado nas salas de aula. No mundo todo, a melhor formação não garante ao trabalhador nada além de 10%, em média, de adicional. Isso demonstra o alto valor que o empresariado brasileiro atribui à educação, que melhora a qualidade da mão-de-obra. As deficiências do sistema de ensino ampliam a disparidade na distribuição de renda. A situação, infelizmente, é geral. Nem mesmo em São Paulo, Estado que sedia o maior parque industrial do País, o governo tem recursos para reduzir essas deficiências. A Secretaria Estadual da Educação avaliou o desempenho de alunos de terceiras e sétimas séries de escolas públicas e de algumas unidades do ensino particular e o resultado evidencia o quanto será difícil para as próximas gerações inserir-se adequadamente no processo produtivo que exige conheci-

mentos e, mais que isso, capacidade de aprender novas técnicas com rapidez. Os alunos da sétima série não acertaram sequer 30% das questões de Matemática propostas na avaliação. São jovens, entre 14 e 16 anos, na maioria, que deveriam estar sendo preparados para a vida e para o trabalho. Faltam recursos orçamentários para preparar professores e formar adequadamente as crianças e os jovens que em breve disputarão postos de trabalho. Há providências, no entanto, que não dependem de dinheiro. O exemplo estão nos alunos da terceira série avaliados também pela Secretaria de Educação. Bastou incorporar o ciclo básico ao currículo do primeiro grau e a jornada única, que retém o estudante nas escolas durante cinco horas diárias, para que o aproveitamento escolar melhorasse sensivelmente. As crianças, entre 9 e 10 anos, acertaram 65% das questões propostas de Matemática. O problema, portanto, não está nos alunos, mas

na escola. O índice de produtividade do ensino no Brasil é o mais baixo da América Latina. O salário miserável dos seus professores os obriga a acumular várias jornadas de trabalho para garantir o orçamento doméstico. A qualidade do ensino se perde na falta de recursos do setor público. Na 45ª Conferência Internacional sobre Educação da Unesco, aberta em Genebra na segunda-feira, revelou-se que os salários dos professores da América Latina estão dez vezes menores do que eram havia dez anos e nos países pobres 60% dos profissionais do ensino cursaram apenas o primeiro grau.

As autoridades educacionais sabem que a Educação, hoje, não é mero instrumento de enriquecimento interior das pessoas. É, cada vez mais, a ferramenta que determina o bem-estar das famílias e garante o desenvolvimento do País. Sua ação está limitada, porém, pela magreza orçamentária.

Há uma relação direta entre deficiências educacionais e desigualdade de renda